



ARTIGO

OS DESAFIOS DO SECTOR PRIVADO NO ACESSO AO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

SOFIA COELHO PEREIRA

ASSOCIADA COORDENADORA DA MIRANDA ALLIANCE

The logo for Miranda Alliance, featuring the word "Miranda" in a blue serif font and "ALLIANCE" in a smaller, blue sans-serif font to its right.

14

A transição energética efectiva só será alcançada com um esforço colectivo, envolvendo:

- A acção conjunta de todos os players da cadeia de valor da energia, incluindo produtores, distribuidores e consumidores, do sector público e privado;
- A ampliação e facilitação do acesso a financiamento;
- A valorização do investimento privado, em complemento aos projectos públicos.

Neste sentido, as iniciativas privadas devem complementar o investimento e as iniciativas públicas no âmbito de projectos de energia renovável – este é um vector incontornável da aceleração do processo de transição energética. O sector privado deve ser “convocado a participar” neste esforço colectivo, o que se fará não apenas através da adaptação do quadro regulatório de cada país, mas também abrindo oportunidade a novas iniciativas e criando incentivos a novos projectos.

No entanto, o acesso ao financiamento climático, ou seja, a fundos financeiros para financiar projectos que reforcem a transição energética, apresenta desafios devido à sua complexidade, o que pode desmotivar iniciativas privadas. Os investidores privados deverão, assim, explorar diferentes opções, incluindo fundos de investimento sustentáveis nacionais e internacionais, bancos de desenvolvimento, etc.

O primeiro passo deverá consistir na identificação de potenciais soluções de financiamento. De referir que no contexto da CPLP ainda existe uma disponibilidade limitada de linhas de crédito da banca comercial específicas para projectos de transição energética. Depois desta identificação, o passo seguinte deverá consistir na análise das directrizes específicas de cada financiador/financiamento para compreender os critérios de elegibilidade/de acesso. Acontece que, os requisitos – formais, técnicos e contabilísticos – para aceder aos financiamentos variam consoante a fonte de financiamento climático e são, muitas vezes, difíceis de cumprir em virtude da complexidade do processo ou do valor do investimento.

De facto, regra geral, alguns requisitos comuns no acesso ao financiamento climático incluem:

- Elaboração de proposta detalhada do projecto;
- Análise de viabilidade técnica, financeira e ambiental do projecto, com avaliação de riscos e planos de mitigação;
- Conformidade com normas e políticas climáticas locais e internacionais, definição da estrutura legal necessária e conformidade com o quadro regulatório e legal do país;
- Preparação de orçamento detalhado, com projecções financeiras claras, incluindo o debt-equity ratio e sustentabilidade a longo prazo;
- Capacidade institucional da entidade candidata ao financiamento;
- Monitorização e Avaliação;

- Demonstração e evidência de que as comunidades locais e outros stakeholders foram consultados e envolvidos no desenvolvimento do projecto;
- Demonstração da sustentabilidade do projecto, com estratégias para continuidade dos benefícios após o término do financiamento.

Contudo, por outro lado, os critérios acima referidos, entre outros, garantem que os projectos sejam eficazes e os recursos utilizados de maneira responsável e transparente.

A tendência e realidade internacional e, mais concretamente, a africana, é a transição de uma lógica de investimento exclusivamente público, para um modelo onde o sector privado assume um papel central como Produtores Independentes de Energia (IPPs). Desta forma, o investimento público fica mais direccionado para investimentos na rede nacional de transporte e expansão da rede de distribuição, enquanto o sector privado terá capacidade para liderar o desenvolvimento de projectos de energia renovável e aquisição de tecnologias sustentáveis.

Por conseguinte, o envolvimento do sector privado torna-se indispensável, sendo essencial a criação e manutenção de políticas públicas que favoreçam a implementação de soluções eficientes do ponto de vista energético no contexto de determinados projectos de investimento, o que implica que os investidores consigam aceder ao financiamento para a respectiva implementação.

Neste sentido, com esforços coordenados e condições adequadas, a transição energética pode ser acelerada, promovendo benefícios sustentáveis e de longo prazo.



Alexandre Rodrigues (Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde), **Marco Rebelo** (Fundo Ambiental de Portugal), **Isabel Canceia de Abreu** (ALER) e **Sofia Coelho Pereira** (Miranda Alliance), no painel “Oportunidades e Desafios dos Fundos Climáticos”, do 2º Seminário de Energia e Clima da CPLP.